

CUSTOS INDIRETOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DO DF

Eriane de Araujo Dantas
Bibiani Borges Dias
Andreia Couto Ribeiro

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar os custos totais do estudante ao frequentar um curso privado de graduação. A pesquisa exploratória utilizou questionários como instrumento de coleta de dados, respondidos por estudantes de cursos de licenciatura em uma instituição privada de ensino superior do Distrito Federal. Os resultados indicaram que, apesar de comprometerem parcela significativa da renda familiar, os gastos com os custos indiretos são insuficientes e que poucos estudantes recebem apoio financeiro em relação aos custos educacionais. Os dados da pesquisa revelaram também um grande número de estudantes trabalhadores, que destinam poucas horas ao trabalho extraclasse.

Palavras-chave: Custos da educação superior. Educação superior privada. Custos indiretos.

Introdução

A educação superior no Brasil vem passando por um processo de expansão nas últimas décadas, com destaque para o setor privado, devido a incentivos à criação de novos estabelecimentos e a políticas públicas para ingresso de estudantes de baixa renda na educação superior, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Outro fator que impulsiona o acesso ao ensino superior privado é a numerosa oferta de vagas nesse setor em cursos considerados de menor custo, que usualmente exigem menos equipamentos e instalações, têm mensalidades mais baixas e demandam menor tempo de estudo. Entre esses cursos, incluem-se os da área das Ciências Humanas destacando-se as licenciaturas. Essas características influenciam a escolha do estudante pelo curso e instituição de ensino e elevam a demanda por vagas em tais áreas.

Gatti e Barreto (2009) afirmam que a licenciatura não ocupa um lugar de destaque no meio universitário brasileiro, porque prepara profissionais para uma atividade de menor categoria e de pouca valorização social. As autoras concluem que as condições de formação de professores, em cursos de licenciatura no País, ainda são muito insatisfatórias, realizando-

se em grande parte a base de apostilas, resumos e cópias de trechos ou capítulos de livros, o que causa certa precarização do acesso aos conhecimentos.

Embora a oferta de cursos de baixo custo e o desenvolvimento de políticas governamentais facilitem o acesso à educação superior, não garantem a permanência dos estudantes nos cursos de graduação nem a sua conclusão, tendo em vista que os estudantes precisam arcar não somente com o custo da mensalidade mas também com outros custos indiretos, como transporte, alimentação, livros, materiais escolares e vestuário. Estes custos geralmente não são computados no orçamento do curso, mas são imprescindíveis para que o estudante frequente a instituição de ensino e desempenhe as atividades.

Cabe destacar que, ao frequentar o curso e dedicar tempo aos estudos, o aluno socioeconomicamente menos privilegiado renuncia a outras atividades e oportunidades de incremento da renda familiar. Por vezes, necessita utilizar estratégias de economia e sacrificar itens de despesas familiares para arcar com os gastos em educação. Dessa forma, o acesso e a democratização do ensino superior estão intimamente relacionados ao dispêndio de tempo e de recursos financeiros dos estudantes ao frequentar um curso de graduação.

Sem a pretensão de generalizar resultados, este trabalho objetivou identificar os custos diretos, indiretos e de oportunidade referentes à participação de estudantes em cursos superiores privados de graduação. Houve aplicação de questionários com oitenta alunos matriculados em três turmas presenciais noturnas dos cursos de Pedagogia e de licenciatura em Filosofia, em uma instituição de ensino superior privada do Distrito Federal. O estudo encontra-se dividido em três tópicos: custos da educação superior, metodologia e resultados da pesquisa.

Custos da educação superior

Há certa confusão entre os conceitos de custos e despesas, porém ambos representam gastos. No contexto do sistema educacional, os custos são classificados em: de oportunidade, diretos e indiretos.

Marques (1995) afirma que os custos podem ser traduzidos em valores monetários, mas, ao contrário da despesa, não necessariamente envolvem desembolsos. Exemplo disso é o custo de oportunidade, que representa aquilo a que o estudante renuncia ao frequentar o curso de graduação, toda e qualquer renda sacrificada. Custos diretos são os que ocorrem dentro da

sala de aula e podem ser atribuídos diretamente ao aluno; e os indiretos, fora dela e não podem ser atribuídos diretamente ao aluno, necessitando de rateio (MERCHEDE, 1998; XAVIER; MARQUES, 1986).

No caso estudado, o custo direto é representado pela mensalidade do curso; já o custo indireto envolve os demais gastos necessários para frequentá-lo e realizar as atividades, tais como materiais escolares, livros, transporte, alimentação, vestuário etc.

Os custos indiretos geralmente são de responsabilidade dos próprios estudantes e exigem planejamento quanto à prioridade dos gastos. Podem impactar a permanência dos estudantes no curso uma vez que muitos não podem arcar com esses gastos necessários para a realização das atividades acadêmicas. Dessa forma, o conhecimento do custo para o aluno é uma etapa considerável nos processos de definição de políticas públicas vinculadas à expansão da educação superior no Brasil.

Metodologia

Este trabalho apresenta-se como uma pesquisa exploratória e quantitativa, desenvolvida no período de fevereiro a maio de 2014, e contou com as seguintes fases: planejamento, revisão da literatura sobre o tema, elaboração do instrumento de coleta de dados, definição dos participantes e instituição, realização do pré-teste, aplicação do questionário e compilação e análise dos dados.

Os questionários foram aplicados na primeira semana do mês de maio de 2014, com estudantes dos cursos de Pedagogia e de licenciatura em Filosofia, matriculados em três turmas presenciais em uma instituição privada de ensino superior de grande porte, no Distrito Federal. Ao todo, responderam aos questionários oitenta estudantes do turno noturno, dos quais foram considerados 77 questionários válidos para consolidação dos resultados. Por se tratar de uma pesquisa exploratória, os estudantes foram selecionados aleatoriamente e todos concordaram em responder. Considera-se que, como a pesquisa foi realizada com um pequeno grupo de estudantes e em apenas uma instituição de ensino, seus resultados não podem ser generalizados para o DF ou para o Brasil.

Os questionários inspiraram-se parcialmente nas experiências prévias da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e em questionários do estudante do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do

Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O instrumento de coleta de dados buscou não apenas identificar os custos diretos e indiretos de participação nos cursos mas também caracterizar os estudantes e sua família quanto a aspectos socioeconômicos e investigar os custos de oportunidade e os objetivos dos estudantes ao concluírem o curso.

Antes da aplicação do questionário com o grupo estudado, realizou-se um pré-teste com sete estudantes, com o objetivo de avaliar a sua pertinência e a clareza das perguntas. A partir de dificuldades demonstradas por esses alunos ao responder ao instrumento, alterou-se a redação de algumas questões.

Finalizada a aplicação do questionário com o grupo amostral, tabularam-se os resultados das respostas com o auxílio das ferramentas Formulários e Drive do Google (2014).

Apresentação e análise dos resultados

No questionário aplicado, as questões relacionadas a custos estavam organizadas em dois grupos principais: o primeiro agrupou questões de trabalho, renda e estudo; o segundo detalhou os custos relacionados à educação superior.

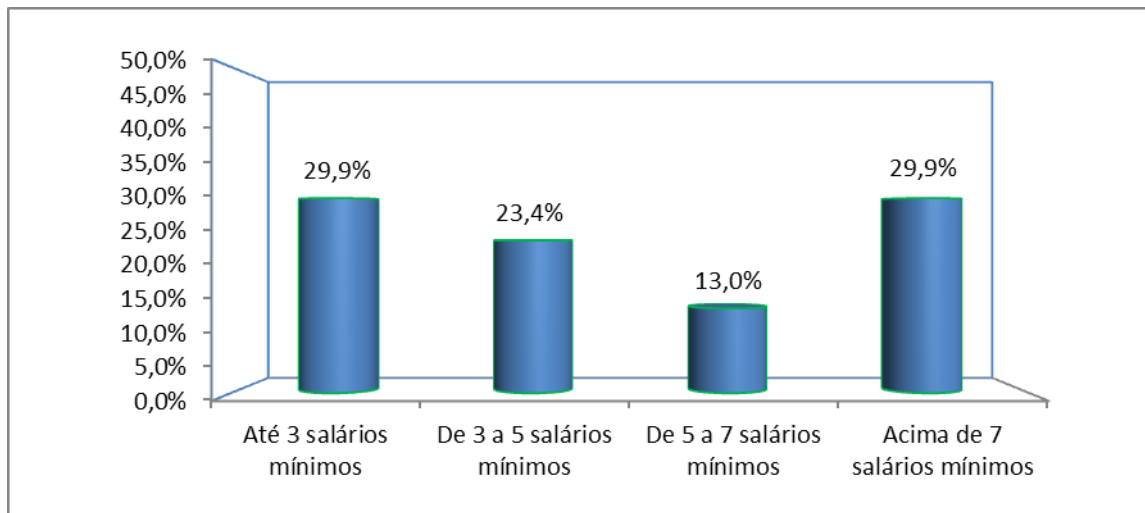
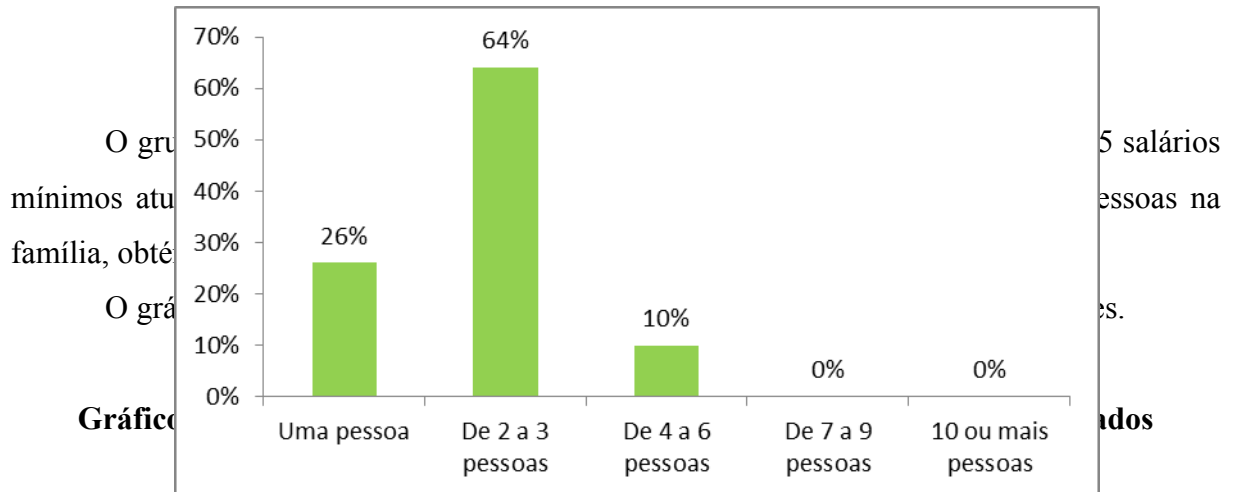
Os estudantes pesquisados são em sua maioria mulheres (64%) e se encontram na faixa etária entre 18 e 24 anos (57%). São solteiros (71%) e sem filhos (70%).

O tamanho médio das famílias dos estudantes pesquisados é de 3,89 pessoas. Dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2011, realizada pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), revelam que no DF há em média 3,26 moradores por residência. Dessa forma, a média de pessoas na residência dos estudantes se encontra um pouco acima da média do DF.

Em relação às condições de moradia, os estudantes afirmaram que residem em um imóvel próprio e quitado (65%), cujas condições de espaço são suficientes para a quantidade de pessoas (95%).

Nas famílias da maioria dos pesquisados há duas ou três pessoas trabalhando (64%), conforme apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantidade de pessoas no âmbito familiar que trabalham



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

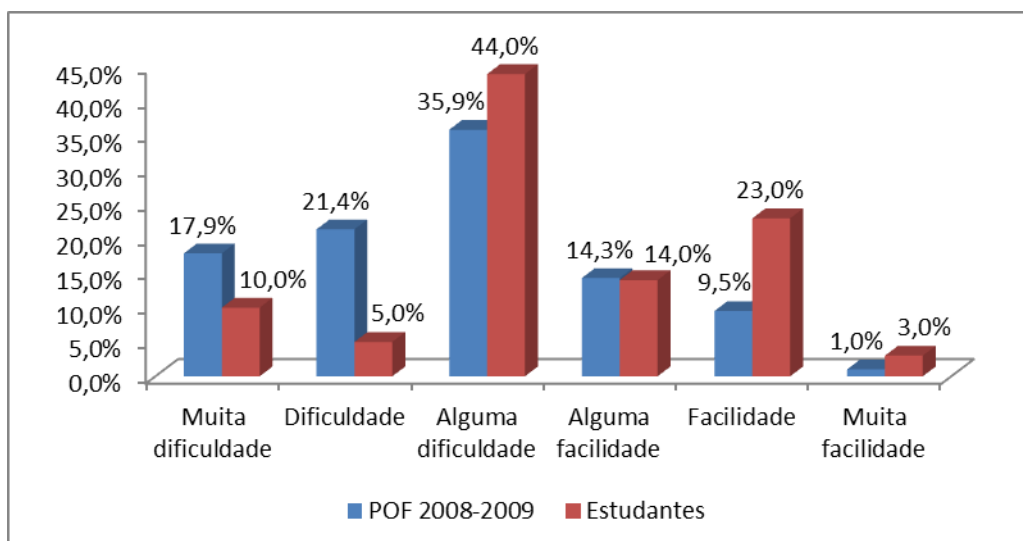
Observa-se que 29,9% dos estudantes declararam possuir renda familiar de até três salários mínimos atuais (R\$ 2.172,00); o mesmo percentual declarou renda acima de sete salários mínimos (R\$ 5.068,00); 23,3% responderam que sua família possui renda entre três e cinco salários mínimos (entre R\$ 2.172,00 e R\$ 3.620,00); e o restante, entre cinco e sete salários mínimos (entre R\$ 3.620,00 e R\$ 5.068,00).

Como os cursos pesquisados são de formação de professores, considerados de menor custo, poderia inferir-se que os percentuais de estudantes em cada faixa de renda familiar decresceriam, conforme verificado em pesquisa realizada por Palazzo e Gomes (2012), cujos resultados verificaram que 46,2% dos estudantes de licenciatura pertenciam a famílias com renda de até três salários mínimos; 43,5%, a famílias com renda de três a dez; e 7% a famílias com renda superior a dez salários mínimos. Contudo os dados apresentados no gráfico 2 revelam equivalência entre o percentual de estudantes com renda de até três salários mínimos e com mais de sete.

Solicitou-se aos pesquisados que avaliassem o grau de dificuldade para concluir o mês com a renda familiar, escolhendo uma das seguintes opções de respostas: “facilidade”, “alguma facilidade”, “muita facilidade”, “dificuldade”, “alguma dificuldade” e “muita dificuldade”. Para a maioria deles, a renda familiar permite levar a vida até o fim do mês com alguma dificuldade (44%) ou com facilidade (23%). Resultados da POF 2008-2009 revelam que os seus respondentes sentem alguma dificuldade (35,9%) ou dificuldade (21,4%) para encerrar o mês com o rendimento mensal.

O gráfico 3 apresenta a comparação entre as respostas dos estudantes pesquisados e os dados da POF 2008-2009.

Gráfico 3 – Avaliação do grau de dificuldade para concluir o mês com a renda familiar



Fonte: Pesquisa de campo (2014); IBGE (2010).

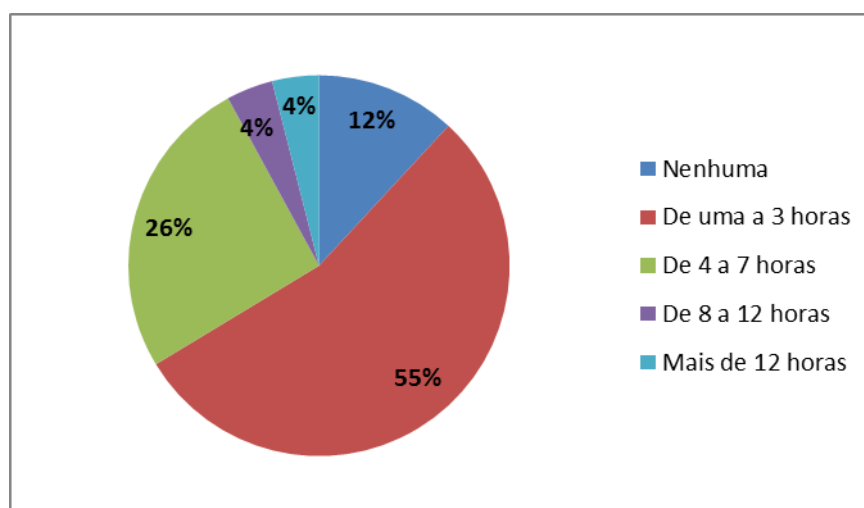
Observa-se, a partir do gráfico, que em ambas as pesquisas o percentual de respondentes que se referiram a dificuldades supera o dos que apontaram facilidades, porém, no que tange à distribuição por dificuldade, o percentual de respondentes da POF 2008-2009 (75,2%) supera o de estudantes da educação superior participantes da pesquisa (59%).

Os pesquisados foram solicitados ainda a assinalar, entre determinados itens de despesas, a que representava maior comprometimento do orçamento familiar. As despesas mais apontadas pelos estudantes foram educação (50%) e alimentação (22%), seguidos por gastos com transporte (4%), serviços de utilidade pública (8%), saúde (6%), aluguel ou financiamento de imóvel (7%) e vestuário (1%).

Dados da POF 2008-2009 revelam que, entre estas despesas, são alimentação e transporte as que mais impactam o orçamento da família brasileira, representando respectivamente 19,8% e 19,6% do total. As despesas com educação representam apenas 3,0% do orçamento. No caso do DF, as posições e valores se invertem. Transporte representa 20,6% do total de despesas; e alimentação, 16,0%. Já educação representa 3,5%.

Os dados da pesquisa mostram que 62% dos estudantes exercem atividade remunerada e trabalham de 31 a 40 horas por semana (55%). Isto indica uma grande parcela de estudantes trabalhadores, que precisam dividir o tempo entre trabalho e estudo. Essa divisão pode interferir em horas disponíveis para dedicação ao curso fora de sala de aula, influenciando na qualidade da formação. O gráfico 4 apresenta o tempo dedicado pelos estudantes aos estudos fora de sala de aula por semana.

Gráfico 4 – Horas dedicadas aos estudos fora de sala de aula por semana



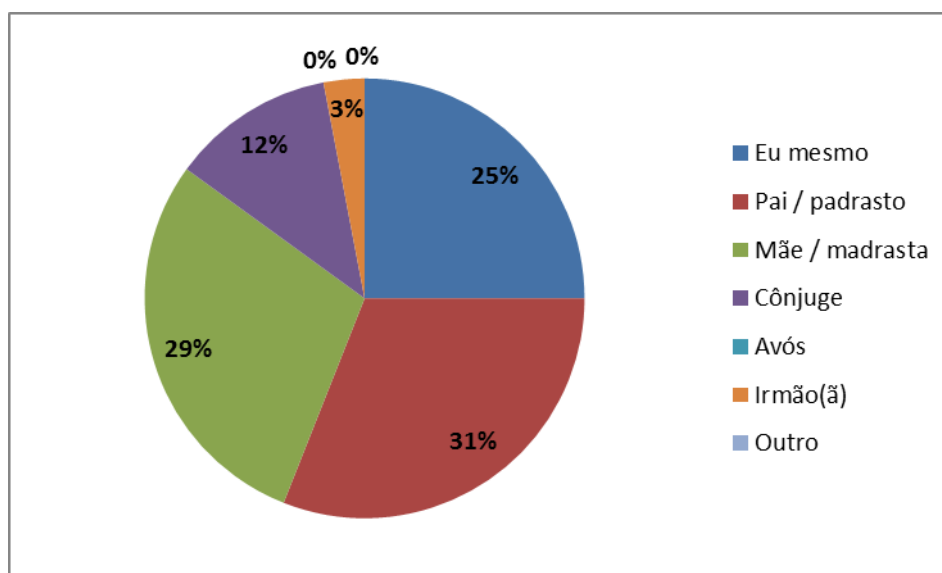
Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Como observado no gráfico, 55% dos alunos dedicam de uma a três horas por semana aos estudos, 26% dedicam de quatro a sete horas e 12% não dedicam nenhum tempo. Dessa forma, 72% deles não destinam mais de sete horas semanais ao trabalho extraclasse. Ao destinar um número tão pequeno de horas aos estudos, os estudantes são impedidos de realizar todas as leituras e atividades exigidas pelo curso ou de realizá-las com qualidade. Assim podem apresentar dificuldades em acompanhar as discussões feitas em sala de aula e de apreender os conteúdos estudados.

O tempo gasto em locomoção urbana é outro fator que interfere no total de horas disponíveis para dedicação aos estudos. Os estudantes pesquisados declararam que dispensam até uma hora no deslocamento à IES (65%).

Embora grande parte dos estudantes contribua com a renda da família, observa-se, conforme apresentado no gráfico 5, que a maior parte deles conta com a ajuda de outro membro da família para o custeio das despesas mensais. Apenas 25% deles dizem ser o principal provedor do rendimento familiar, enquanto em 60% das famílias são os pais ou padrastos que assumem as principais responsabilidades financeiras.

Gráfico 5 – Principal provedor da família



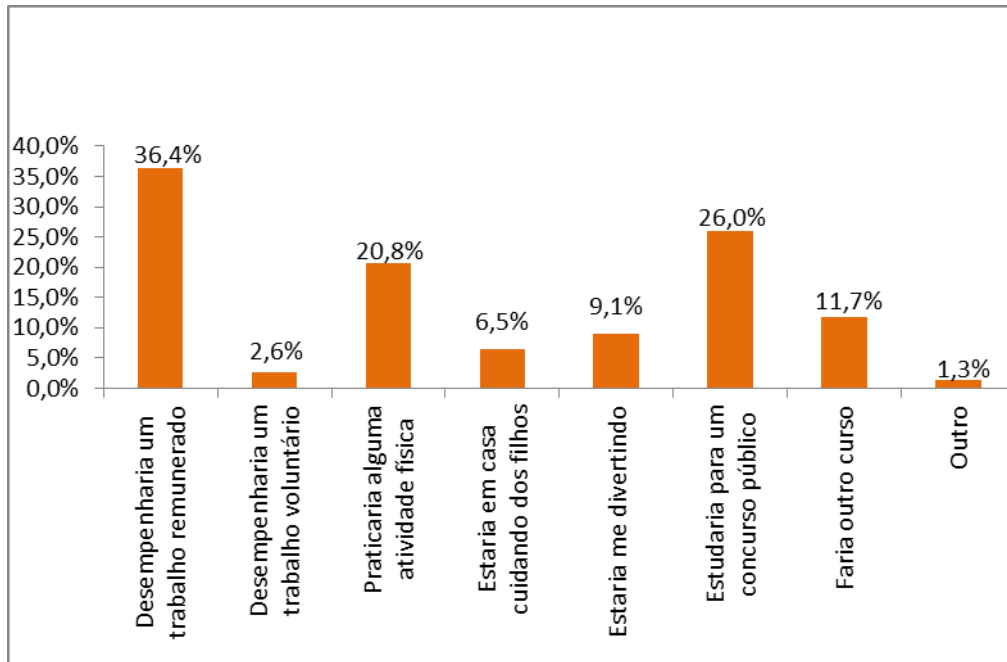
Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Entre os estudantes trabalhadores, a maioria possui carteira assinada (60%) e recebe até três salários mínimos por mês (79%). Ao calcular a mediana dos valores indicados pelos estudantes, obteve-se renda mensal de 1,89 salários mínimos (R\$ 1.372,16) mensais. Pouco mais da metade deles (54%) exerce a atividade remunerada na área da docência.

Quando perguntados se são beneficiados por programas como Bolsa Família (PBF), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou outro programa social, apenas 8% dos estudantes declararam que alguém da família se beneficia com essas políticas.

Para investigar junto aos estudantes o custo de oportunidade de participação no curso de graduação, fez-se a seguinte pergunta: “Se não cursasse a graduação, que atividade(s) você imagina que realizaria no horário das aulas?”. A maior parte dos pesquisados respondeu que estaria desempenhando um trabalho remunerado (36,4%) ou estudando para um concurso público (26,0%). Entre os que desempenhariam um trabalho remunerado, 83% acreditam que receberiam até três salários mínimos mensais. Calculando-se o valor mediano apontado pelos estudantes, encontrou-se um custo de oportunidade de 1,80 salários mínimos (R\$ 1.303,60) mensais, montante pouco inferior ao auferido pelos estudantes trabalhadores. O gráfico 6 apresenta as respostas, considerando as demais opções de atividades disponíveis no questionário.

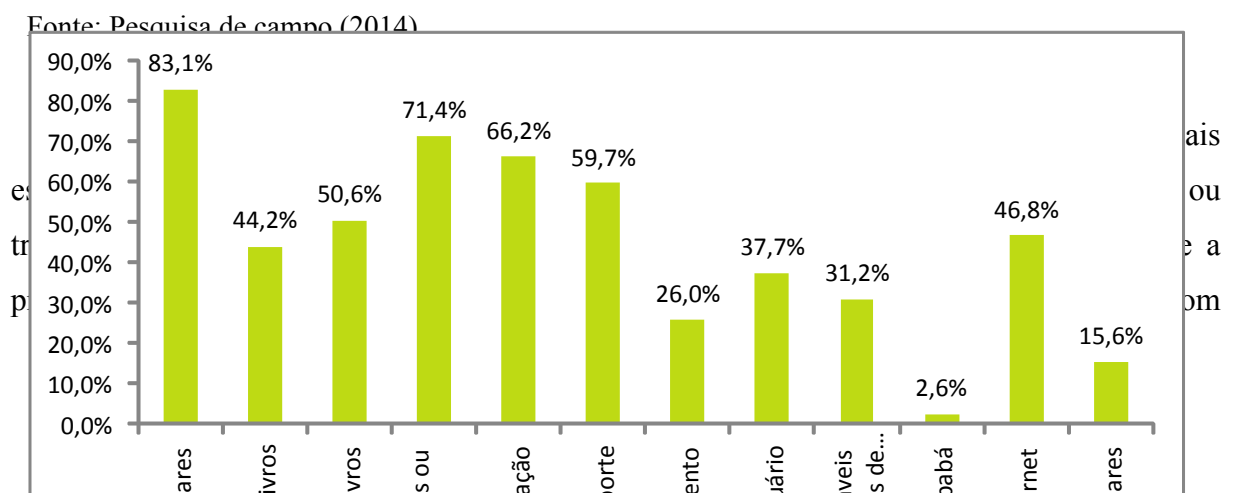
Gráfico 6 – Atividades que os estudantes realizariam se não estivessem cursando a graduação



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Para estimar os custos indiretos do ensino superior, foram considerados os seguintes itens, que podem ser observados no gráfico 7: materiais escolares, livros, cópias de livros e outros textos impressos, impressão de textos ou trabalhos, alimentação, transporte, estacionamento, vestuário, acessórios indispensáveis, creches, serviço de internet e taxas escolares.

Gráfico 7 – Itens de custos do ensino superior



alimentação e transporte são prioritárias.

Questionaram-se os estudantes a respeito do quanto gastam em média semanalmente, mensalmente e semestralmente com cada um desses itens. Os valores foram divididos em faixas, que variaram de acordo com o item e a frequência da despesa.

A tabela 1 apresenta os custos semanais (cópias de livros ou outros textos impressos, impressão de textos ou trabalhos, alimentação, transporte e estacionamento) e os percentuais de estudantes que escolheram cada faixa de valor.

Tabela 1 – Custos semanais por faixa de valores (em percentual de estudantes)

Faixas de valores	Cópias	Impressão	Alimentação	Transporte	Estacionamento
Até R\$ 20,00	55	55	15	24	68
De R\$ 21,00 a R\$ 40,00	24	30	32	17	18
De R\$ 41,00 a R\$ 60,00	9	9	20	24	4
De R\$ 61,00 a R\$ 80,00	6	3	15	12	0
De R\$ 81,00 a R\$ 100,00	6	2	2	7	4
Mais de R\$ 100,00	0	2	15	16	7
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Como pode ser observado na tabela acima, os respondentes gastam semanalmente até R\$ 20,00 com cópias de livros ou outros textos impressos (55%); até R\$ 20,00 com impressão de textos ou trabalhos (55%); até R\$ 60,00 com alimentação (67%); até R\$ 60,00 com transporte (65%); e até R\$ 20,00 com estacionamento (68%). Assim, os maiores custos semanais são os relacionados a alimentação e transporte.

As tabelas 2 e 3 apresentam os custos mensais (materiais escolares, serviço de internet e creche ou babá) e os percentuais de estudantes que apontaram cada faixa de valor.

Tabela 2 – Custos mensais por faixa de valores (em percentual de estudantes)

Faixas de valores	Materiais escolares	Serviço de Internet
Até R\$ 20,00	40	17
De R\$ 21,00 a R\$ 40,00	22	13
De R\$ 41,00 a R\$ 60,00	22	24

De R\$ 61,00 a R\$ 80,00	6	19
De R\$ 81,00 a R\$ 100,00	3	10
Mais de R\$ 100,00	7	17
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Tabela 3 – Custos mensais por faixa de valores (em percentual de estudantes)

Faixas de valores	Creche ou babá
Até R\$ 100,00	44
De R\$ 101,00 a R\$ 200,00	22
De R\$ 201,00 a R\$ 300,00	22
De R\$ 301,00 a R\$ 400,00	11
Mais de R\$ 400,00	0
Total	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Verifica-se que os estudantes gastam por mês até R\$ 60,00 com materiais escolares (84%), entre R\$ 41,00 e R\$ 80,00 com serviço de internet (43%) e até R\$ 300,00 com creche ou babá (88%).

Os custos semestrais com livros e vestuário por faixas de valores são indicados na tabela 4:

Tabela 4 – Custos semestrais por faixa de valores (em percentual de estudantes)

Faixa de valores	Livros	Vestuário
Até R\$ 40,00	28	20
De R\$ 41,00 a R\$ 80,00	27	19
De R\$ 81,00 a R\$ 120,00	17	14
De R\$ 121,00 a R\$ 160,00	5	22
De R\$ 161,00 a R\$ 200,00	8	10
Mais de R\$ 200,00	15	15
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Os estudantes gastam por semestre até R\$ 120,00 com livros (77%) e, com referência aos custos com vestimentas, 75% declararam que gastam até R\$ 160,00.

Os custos semestrais com acessórios são apresentados na tabela 5.

Tabela 5 - Custos semestrais por faixa de valores (em percentual de estudantes)

Faixa de valores	Acessórios
Até R\$ 20,00	37
De R\$ 21,00 a R\$ 40,00	13
De R\$ 41,00 a R\$ 60,00	2
De R\$ 61,00 a R\$ 80,00	4
De R\$ 81,00 a R\$ 100,00	7
Mais de R\$ 100,00	37
Total	100

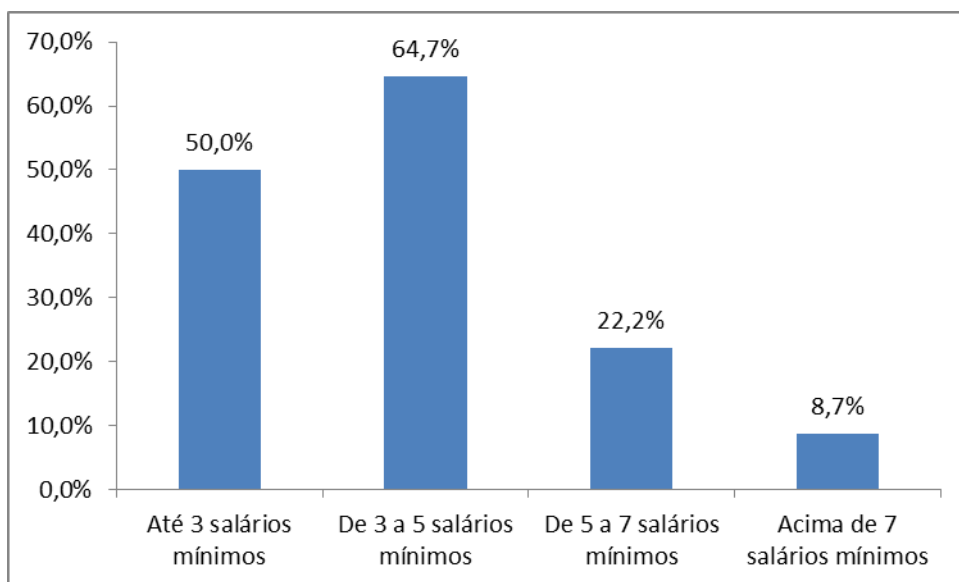
Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Nota-se que 50% dos estudantes gastam até R\$ 40,00 e que outros 37% gastam mais de R\$ 100,00 por semestre com acessórios indispensáveis, como óculos de grau e lentes de contato.

A partir das tabelas apresentadas, é possível verificar que os estudantes têm pouco acesso a materiais e serviços necessários para a realização das atividades do curso. Observando-se, por exemplo, o que os estudantes gastam com livros, verificam-se valores incompatíveis com os custos de mercado desses materiais. Em contrapartida, notam-se maiores despesas com cópias de livros e textos, cujas cifras, no entanto, parecem também não permitir acesso a um grande número de materiais impressos de leitura.

Uma das perguntas indagava os estudantes sobre o recebimento de bolsas, auxílios ou doações para custear as despesas educacionais. Apenas 37% deles declararam receber algum tipo de ajuda. Entre estes estudantes, 11% contam com doação de familiar ou amigo, 4% são beneficiários da Bolsa Permanência do Prouni e 22% recebem outro tipo de bolsa ou auxílio. O gráfico 8 apresenta estes estudantes, divididos por faixa de renda familiar.

Gráfico 8 – Percentual de estudantes que recebem ajuda para os custos educacionais por faixas de renda familiar



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Verifica-se, a partir do gráfico, que metade dos estudantes com renda de até três salários mínimos não recebe nenhum tipo de auxílio com os custos do ensino superior. O percentual diminui para 35,3% na faixa de renda de três a cinco salários mínimos e salta para 77,8% e 91,3% nas duas últimas faixas.

Em relação aos custos com transporte, 59% dos estudantes são beneficiários do passe livre estudantil. Enquanto 69% dos respondentes informaram que se locomovem até a IES por

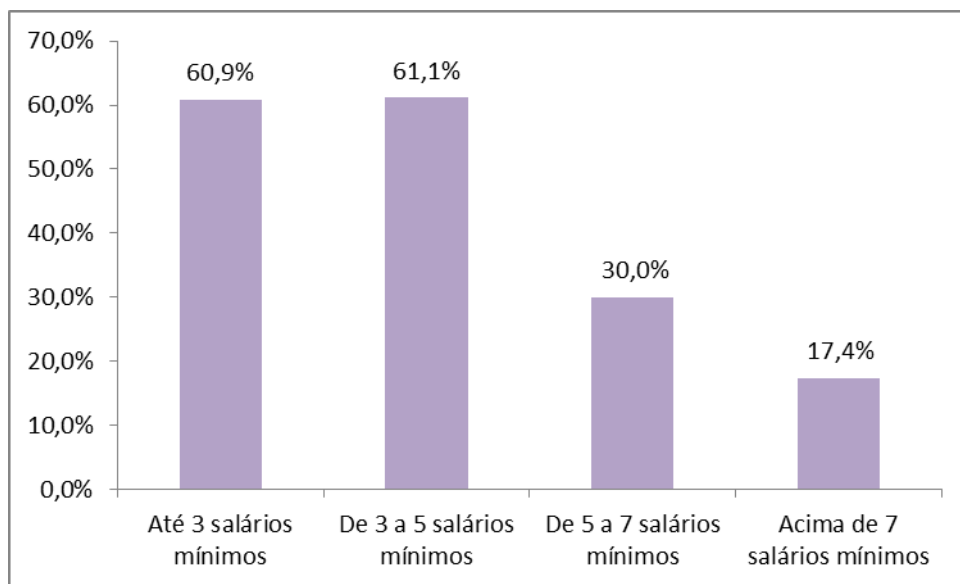
meio de transporte coletivo.

Observa-se, a partir dos dados da pesquisa, que, à exceção do passe livre estudantil no transporte público, ainda não são significativas, no caso do grupo estudado, as políticas públicas que subvencionam os estudantes em relação aos custos indiretos.

A mensalidade do curso dos estudantes pesquisados custa mais de R\$ 800,00 (62%) e a maioria deles a custeia sem nenhum tipo de auxílio (56%). Entre os estudantes subsidiados, a maior parte é beneficiária de bolsa integral do Prouni (24%) ou de financiamento integral pelo FIES (21%).

Os percentuais de estudantes em cada faixa de renda familiar que se beneficiam com bolsa, financiamento ou ressarcimento para o custeio da mensalidade podem ser observados no gráfico 9.

Gráfico 9 – Percentual de estudantes que recebem ajuda para custeio da mensalidade por faixas de renda familiar



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Nas faixas de renda familiar abaixo de três salários mínimos e entre três e cinco

salários mínimos, nota-se uma parcela expressiva de estudantes que se responsabilizam integralmente pelos custos diretos do curso (39,1% e 38,9% respectivamente), comprometendo parte significativa da renda familiar. Os percentuais de estudantes que recebem ajuda são ainda menores conforme crescem as faixas de renda. Isto pode indicar que as políticas e ações voltadas ao custeio de mensalidades de cursos superiores não são acessíveis a todos que delas necessitam.

É importante destacar que na escolha do curso de graduação poucos estudantes utilizaram o valor da mensalidade como critério (4%). Ao serem perguntados sobre o principal motivo que os levaram a escolher o curso do qual participam, 74% indicaram a identificação pessoal com a área.

Na escolha da instituição de ensino, nenhum dos estudantes considerou o valor da mensalidade; enquanto 53% declararam que a qualidade de ensino oferecida os fez optar pela IES na qual estão matriculados.

Considerações finais

A expansão do ensino superior no Brasil é um inquestionável avanço para o desenvolvimento do País. Contudo há de se pensar sobre as condições de acesso e permanência nesse nível de ensino, que dependem grandemente das possibilidades de investimento financeiro dos estudantes e de suas famílias.

Para participar de um curso superior, os estudantes necessitam arcar com os custos da mensalidade e com custos indiretos, como aquisição de livros e materiais escolares, transporte e alimentação. Os dados da pesquisa apresentada mostram que são os estudantes e suas famílias, em sua maioria, que se responsabilizam por esses custos, sem nenhum tipo de auxílio.

Observa-se também que ao cursar o ensino superior os estudantes renunciam a outras atividades que poderiam gerar ganhos financeiros, como trabalho remunerado e preparação para um concurso público.

A partir dos resultados da pesquisa, constata-se que os investimentos em educação superior por vezes são realizados pelos alunos de forma precária, apesar de comprometerem

parte considerável de renda familiar mensal. Uma explicação possível para este fato é a insuficiência de recursos financeiros de que dispõem os estudantes, o que os leva a priorizarem certas despesas e a sacrificarem outras. No entanto, a verificação desse dado exige uma pesquisa posterior.

Nota-se que os estudantes dos cursos de licenciatura são em grande parte trabalhadores, que contribuem com a renda de suas famílias e precisam destinar muitas horas por semana à atividade profissional. O estudante trabalhador não é novidade no Brasil, onde as pessoas economicamente menos favorecidas necessitam ingressar no mercado de trabalho antes de concluírem sua formação e combinar trabalho e estudo para se qualificarem. Essa combinação implica a administração do tempo dedicado aos estudos, que se não for bem realizada compromete a qualidade da formação.

Como o grupo estudado participa de cursos de formação de professores e muitos dos estudantes já exercem a docência, destaca-se a incompatibilidade entre os altos investimentos que o curso de graduação exige ao aluno e os reduzidos salários do magistério. Dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2014 (BRASIL, 2014) revelam que o rendimento médio dos professores da Educação Básica com formação em nível superior em 2012 tanto no setor público como no privado foi de R\$ 1.874,50; enquanto um profissional da área de Ciências Exatas teve um salário médio de R\$ 5.775,70.

Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de maior investimento pelo Estado Brasileiro em políticas que garantam aos estudantes da educação superior condições de permanecerem nos cursos, sem alto comprometimento da renda familiar e sem a necessidade de eleição de despesas mais importantes. Para isso, é imprescindível expandir os programas existentes e criar novas ações que auxiliem os estudantes em relação aos custos da mensalidade e de materiais e serviços necessários à frequência às aulas e realização dos estudos. São necessárias também políticas que proporcionem aos graduandos, especialmente aos licenciandos, a redução da carga horária laboral, para que possam se dedicar à sua formação.

Referências

BRASIL. *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2014*. Todos pela Educação. São Paulo: Editora Moderna, 2014.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-CODEPLAN. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2011*. Brasília: CODEPLAN, 2012. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/257-pdad.html>>. Acesso em: 02 de julho de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares-2008-2009*. POF 6-Análise das condições de vida. [Rio de Janeiro]: IBGE, [2008?]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008_2009/default.shtm>. Acesso em: 12 de março de 2014.

_____. *Pesquisa de Orçamentos Familiares-2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2014.

_____. *Pesquisa de Orçamentos Familiares-2008-2009: tabelas completas. Despesas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://ftp.ibge.gov.br/Orçamentos_Familiares/Pesquisa_de_Orçamentos_Familiares_2008_2009/Despesas_rendimentos_e_condicoes_de_vida/tab_despesas.zip>. Acesso em: 25 de junho de 2014.

_____. *Questionário do estudante ENADE*. Brasília: INEP, 2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/questionario_estudante/questionario_e_estudante_enade_2011.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2014.

_____. *Questionário socioeconômico do ENEM*. Brasília: INEP, 2009. Disponível em: <http://download.uol.com.br/educacao/enem2009/quest_socioec_enem2009.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2014.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S (Coord.). *Professores do Brasil: impasse e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

MARQUES, A. E. S. O custo-aluno: tornando fácil um tema difícil. *Universa*, Brasília, v. 3, n. 2, p. 351-373, out. 1995.

MERCHEDE, A. Custos da educação infantil: o caso de duas instituições do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 192, p. 30-47, maio/ago. 1998.

PALAZZO, J.; GOMES, C. D. Origens sociais dos futuros educadores: a democratização

desigual da educação superior. *Avaliação*, Campinas, SP, v. 17, n. 3, p. 877-898, nov. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772012000300013>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2014.

XAVIER, A. C. R.; MARQUES, A. E. S. *Custo direto de funcionamento das escolas públicas de 1o. grau: aspectos metodológicos*. Brasília: MEC, 1986.